



REFERÊNCIAS E POSICIONAMENTO CRÍTICO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS ANOS 1990

REFERENCES AND CRITICAL POSITIONING OF SOCIAL WORKERS IN THE 1990s

Alexandra Leite Eiras¹
Luzia Amélia Ferreira²
Juliana Cobuci Pereira³
Érika Alves Martin⁴

RESUMO

No Brasil, na produção acadêmica na área de Serviço Social, identificamos a necessidade de pesquisas sobre as referências e o posicionamento crítico dos assistentes sociais na década de 1990. Neste artigo, indicamos, através da análise dos trabalhos vinculados à intervenção profissional, aceitos para apresentação oral no VII, VIII e IX CBAS realizados nos anos 90, as principais referências e o posicionamento dos assistentes sociais nesse período.

Palavras-chave: Serviço Social; intervenção profissional; posicionamento crítico.

1 Professora Adjunta Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, Departamento de Fundamentos do Serviço Social.

2 Mestranda na área de Serviço Social e iniciação à docência na disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

3 Discente do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Monitora da disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III e representante do D.A. da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

4 Assistente Social do IF Sudeste MG - Campus Juiz de Fora. Mestre em Serviço Social pelo PPG-Serviço Social/UFJF.

ABSTRACT

In Brazil, in academic research in the area of Social Service, identified the need for research on the references and critical position of social workers in the 1990s. In this article, we indicate, by analyzing the work related to professional intervention, accepted for oral presentation at the VII, VIII and IX CBAS made in the 90s, the main references and placement of social workers during this period.

Keywords: Social Service; professional intervention; critical position.

Submetido – 15/03/2014

Aceito – 28/10/2014

INTRODUÇÃO

Ao revisarmos parte da bibliografia produzida e difundida sobre o Serviço Social brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, em especial, a produção de Marilda V. Yamamoto e José Paulo Netto, constatamos a contribuição significativa para a ruptura com o Serviço Social Tradicional⁵, explicitando os fundamentos teóricos, ideológicos e a orientação política das ações profissionais tradicionais.

Nesta produção bibliográfica, evidencia-se a compreensão do significado social da profissão e a apreensão do desenvolvimento histórico do Serviço Social no Brasil com base numa apropriação teórica, metodológica, ética e política que foi capaz de descortinar as explicações de mundo engendradas pelo campo conservador e, assim, situar o Serviço Social na trama da produção e reprodução das relações sociais da ordem burguesa. O conteúdo dessa produção está alicerçado sobre pesquisas que abordam (e criticam) a “prática profissional” orientada pela perspectiva tradicional-conservadora. Os dados e informações utilizados pelos autores referem-se ao Serviço Social tradicional e ao exercício profissional a ele vinculado. Simultaneamente à crítica do Serviço Social tradicional, os autores

5 Adotamos a referência de Netto que explica o Serviço Social tradicional como “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado fatural ineliminável” (Netto, 1991: nota 5, pag. 118).

apresentam novas proposições analíticas sobre as quais é construída uma nova abordagem sobre a profissão e uma nova perspectiva sobre o exercício profissional.

Por outro lado, historicamente, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)⁶, realizado em setembro de 1979 na cidade de São Paulo, expressou a existência e a disputa entre os projetos tradicional e de ruptura no Serviço Social.

A alteração do perfil dos assistentes sociais, seu vínculo com a classe trabalhadora (dependente da venda da força de trabalho para a garantia da sobrevivência), a insatisfação com a ditadura militar e com a condução política no âmbito da organização profissional – naquele momento dirigida pelos proponentes do referido Congresso (CRAS SP e CFAS), alinhados com os representantes institucionais vinculados ao Governo Militar – bem como a participação política de profissionais nos sindicatos e nos movimentos sociais, fortaleceram a perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional (ABRAMIDES E CABRAL, 2009).

A legitimação da perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, ocorre pela construção de propostas de ações profissionais, politicamente comprometidas com o interesse dos usuários e com os interesses da classe trabalhadora em um período histórico de redemocratização da sociedade brasileira, no qual se expressa o enfrentamento entre os movimentos sociais populares urbanos com o Estado autocrático, e o enfrentamento entre os movimentos dos trabalhadores em face dos interesses da burguesia e em relação à ditadura.

No período em que esse projeto de ruptura torna-se hegemônico no Serviço Social brasileiro, no decorrer das décadas de 1980 e 1990 – expressando-se na produção acadêmica fundamentada na teoria social marxista; no novo direcionamento político das organizações profissionais e estudantis; nos documentos jurídicos do Serviço Social (Códigos de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão, e outros) –, não encontramos produções que analisassem o posicionamento crítico dos assistentes sociais em sua inserção profissional, ou que tratassem a ruptura com o Serviço Social tradicional, na perspectiva

6 Esse Congresso foi proposto/organizado pelo Conselho Regional de São Paulo (CRAS SP) e pelo Conselho Federal de Assistente Social (CFAS).

dos assistentes sociais, em sua ação profissional.

Ao refletirmos sobre esse aspecto, vimos uma possibilidade de realizar uma abordagem sobre o posicionamento crítico dos assistentes sociais, com base nos trabalhos que se vinculassem à intervenção profissional, através do material dos CBAS da década de 1990, período em que os congressos iniciaram a apresentação oral de trabalhos. Esse artigo objetiva apresentar os resultados dessa análise.

Organizamos este artigo em dois itens. No primeiro apresentamos a nossa argumentação e pressupostos analíticos; no segundo apresentamos a análise dos trabalhos aceitos para apresentação oral no VII, VIII e IX CBAS.

ARGUMENTAÇÃO TEÓRICA E PRESSUPOSTOS ANALÍTICOS

A motivação e a inspiração para redigir este artigo estão relacionadas ao ensino da matéria Fundamentos do Serviço Social, particularmente, na disciplina Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social III, cuja ementa aborda a profissão (no Brasil) na década de 1980 e de 1990.

A produção do Serviço Social brasileiro nessas décadas, – da qual fazem parte duas relevantes contribuições, os livros: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (IAMAMOTO e CARVALHO, publicado em 1982) e *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós-64* (NETTO, publicado em 1990) – formaram professores, pesquisadores e assistentes sociais, sendo referências imprescindíveis na produção/ formação acadêmica, para a compreensão da profissão no Brasil.

No livro: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, resultado da pesquisa vinculada ao Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), a qual almejava investigar a história do trabalho social na América Latina, os autores se propõem a compreender a profissão em sua inserção na realidade. A profissão é analisada como “realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional”; e como “atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional” (IAMAMOTO, 2005, p.73), o que, para os autores, “condiciona e ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais” (idem). Trata-se de um esforço analítico para

“captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (idem, p.71), e de apreendê-la historicamente, como um “tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (idem).

O material pesquisado por Iamamoto e Carvalho refere-se ao período de 1930 a 1960. Com base neste *corpus* documental, eles também apresentam as diversas características dos grupos pioneiros do Serviço Social, situados em São Paulo e no Rio de Janeiro, retratando o surgimento das escolas especializadas, bem como as atividades desenvolvidas por esses grupos, e seu discurso, relacionado às representações vinculadas às suas “práticas profissionais”.

Em síntese, o Serviço Social é compreendido como uma “prática institucional”, “demandada pela classe capitalista e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores”, como uma “atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante”, “atuando, ainda, pela mediação dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho”, sendo o “exercício profissional polarizado pela luta de classes” (IAMAMOTO, 2005, p.23). Desse modo, o Serviço Social participa do processo social “reproduzindo as contradições próprias à sociedade capitalista, ao mesmo tempo, e pelas mesmas atividades pelas quais é solicitado a responder às exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de repostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora” (idem, p.23).

José Paulo Netto, em *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, apresenta e analisa o processo de renovação “experimentado pelo Serviço Social no Brasil entre os anos sessenta e oitenta, no nível de suas formulações a que convencionalmente se denomina de ‘teorização’” (NETTO, 1991, p.9). Tal processo é analisado pelo autor na apreensão do “entrecruzamento de duas dinâmicas: da dinâmica abrangente das demandas socioinstitucionais postas ao Serviço Social e da dinâmica interna à realidade profissional” (idem). Para o autor, a renovação aparece como “uma resposta construída pelos assistentes sociais na rede de relações que se entrecruzam na interação profissionalidade/sociedade” (idem, p.20). O sistema de mediações determinante que

se impôs ao autor nessa análise foi o “*horizonte sociocultural* em cujo âmbito se constituiu (ou se inscreveu) as referências ideais (teóricas e ideológicas) que alimentaram os esforços de elaboração formal-abstrata dos assistentes sociais” (idem).

Netto analisa a relação do processo de renovação do Serviço Social com a dinâmica e a crise da autocracia burguesa (após o golpe de 1964 até 1983). Simultaneamente, ele indica a necessidade de investigar os “diversos e autoimplicados níveis que comparecem no movimento interno da profissão: as modalidades interventivas para responder às novas demandas, os padrões imperantes na reprodução da categoria profissional, as suas formas organizativas, as influências teórico-culturais, as suas elaborações intelectuais e as suas (auto) representações” (NETTO, 1991, p.116). Tal programa, extenso, requer esforços coletivos, implicando em longos anos de pesquisa. No livro em questão, Netto prioriza no processo de renovação, “apenas as suas dimensões macroscópicas e ideais” (idem). Para o autor, “é precisamente nestas que mais flagrantemente surge a renovação do Serviço Social” (idem). Nessa importante referência, o autor apresenta o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, analisando as vertentes profissionais que o protagonizaram: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura com o Serviço Social tradicional.

A análise e a crítica da profissão realizadas nesses livros, não incluem a abordagem sobre as ações profissionais desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculados à Intenção de Ruptura com o Serviço Social tradicional. Desse modo, em relação ao exercício profissional a Intenção de Ruptura é tratada em sua dimensão projetiva, ou seja, a ação profissional de ruptura aparece como possibilidade/alternativa de uma nova ação ou de uma nova “prática profissional”. Simultaneamente, a “prática profissional” realizada pelos assistentes sociais vinculados à perspectiva tradicional/conservadora é analisada criticamente e seus pressupostos são negados, em direção à elaboração de outras referências para o exercício profissional. Netto (1991) analisa a emergência e a consolidação acadêmica da vertente de ruptura com o Serviço Social tradicional. O termo “intenção de ruptura” (cunhado pelo autor) sintetiza a dimensão projetiva, ao mesmo tempo, em que o autor indica a possibilidade de espraiamento dessa perspectiva consolidada na academia, para o âmbito da categoria profissional, sugerindo que na intervenção profissional tal ruptura não estaria consolidada.

Por outro lado, a ausência de outros estudos (na década seguinte e na atualidade) que apresentem as perspectivas críticas que orientam a ação profissional tem repercutido sobre os discentes e profissionais, reforçando a imagem “aparente” de separação entre as perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas e as ações reais possíveis aos assistentes sociais.

É necessário explicar que muitas pesquisas têm sido realizadas sobre a intervenção profissional. Nessas pesquisas, a intervenção e o posicionamento dos assistentes sociais são explicitados, inclusive na sua inserção como trabalhador assalariado, identificando os limites institucionais e os posicionamentos de resistência de um conjunto de assistentes sociais.

O que nos parece ainda inexplorada, é a compreensão da ruptura com o Serviço Social tradicional “em uma perspectiva interna”, ou por “dentro” da ação profissional. Sem abdicarmos dos avanços teórico-metodológicos na compreensão do significado social da profissão e de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, trata-se de analisar, o mais próximo possível da ação profissional, o modo como essa perspectiva se explicita.

Nesse sentido, nossa intenção mais ampla, cujo presente artigo constitui um “ensaio”, é a de identificar, no contexto da década de 1990 (quando a ruptura com o Serviço Social tradicional torna-se o projeto profissional hegemônico), o modo como os assistentes sociais explicitaram a ruptura com o Serviço Social tradicional. Para nos aproximarmos dessa proposta, começamos pela análise dos trabalhos apresentados pelos assistentes sociais nos Congressos Brasileiros da década de 1990.

Para a elaboração desse artigo fizemos, em equipe⁷, a leitura dos cadernos de teses referentes ao VII, VIII e IX CBAS realizados, respectivamente, em 1992 (SP/Região Sudeste), 1995 (BA/Região Nordeste) e 1998 (GO/Região Centro-oeste).

Nossa intenção foi de analisar os trabalhos diretamente

7 Nossa equipe é constituída por uma professora doutora em Serviço Social; uma assistente social inserida na área de educação e mestre em Serviço Social; uma assistente social discente da pós-graduação (mestrado em Serviço Social) e uma discente da graduação em Serviço Social, respectivamente, bolsista de iniciação à docência e monitora da disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III.

vinculados à intervenção/exercício profissional do Assistente Social, aceitos para a apresentação oral nos Congressos. Inicialmente, identificamos a autoria do trabalho, se escrito por discentes, assistentes sociais ou professores/pesquisadores e a vinculação socioinstitucional do autor. Outro elemento considerado foi o título do trabalho e sua referência à intervenção profissional. Nesses trabalhos, o tema referia-se diretamente às áreas de intervenção profissional, mediada (ou não) pela pesquisa (inserida ou não) no âmbito da formação acadêmica. Também consideramos os trabalhos escritos por assistentes sociais que apresentaram dados sobre os usuários ou sobre temas relevantes para o exercício profissional.

Enfrentamos alguns problemas nesse levantamento. Em alguns trabalhos, os títulos não permitiam identificar a proposta do mesmo, o que nos levou a leitura dinâmica de todo o caderno de teses. Mesmo mencionando a experiência profissional concreta, indicada na autoria, na vinculação com um espaço sócio-ocupacional, no título e no corpo do trabalho, houve trabalhos que não apresentaram, efetivamente, a referida experiência profissional. Nesses casos, a experiência aparecia pela defesa de uma perspectiva de intervenção profissional. Ao realizarmos a leitura dinâmica dos cadernos de teses identificamos um conjunto de trabalhos vinculados à pesquisa acadêmica, não necessariamente, vinculada à pós-graduação, mas que não tratavam, diretamente, temas vinculados à intervenção profissional, que para efeito desse estudo, não foram contabilizados nem analisados.

Historicamente, desde o III CBAS, realizado em 1979, o conjunto de assistentes sociais que conduziu o projeto de ruptura com as práticas políticas conservadoras no âmbito político-organizativo da profissão, protagonizou alterações significativas, agindo no intuito de democratizar e promover a participação da categoria em seus eventos (ABRAMIDES E CABRAL, 2009). Nesse processo, o VII CBAS foi o primeiro congresso em que os assistentes sociais participaram submetendo trabalhos para apresentação oral, sem que houvesse uma seleção entre eles, somando um total de 91 trabalhos, divididos por seções temáticas. Esta mesma sistemática se repetiu no VIII CBAS. A partir do IX CBAS, diante do volume de trabalhos submetidos para a modalidade apresentação oral (422), estabeleceu-se uma triagem e 228 trabalhos foram apresentados.

De acordo com o Quadro 1, considerando os critérios expostos anteriormente, foi possível identificar que mais de um terço dos

trabalhos possuíam uma vinculação direta com a intervenção profissional no VII CBAS (34,07%) e no VIII CBAS (38,5%). No IX CBAS esse percentual caiu para 18,4%, contraste que analisaremos adiante.

Quadro 1 – Quantidade de trabalhos analisados

Trabalhos aceitos para apresentação oral	VII CBAS	VIII CBAS	IX CBAS
Número Total	91	205	228
Número de trabalhos vinculados à intervenção/exercício profissional	31	79	42

Em relação à inserção sócio-ocupacional, conforme a descrição feita pelos autores dos trabalhos, identificamos nos três CBAS: 37 profissionais vinculados às universidades; 27 aos hospitais; 22 às prefeituras por meio das secretarias municipais. Apesar de ser uma área pouco presente no universo de atuação profissional, o vínculo com ONG's foi indicado por 11 profissionais; nas empresas por 9 profissionais, considerando as empresas prestadoras de serviços públicos como fornecimento de água e telefone. No INSS vinculam-se 7 profissionais; no atendimento primário em saúde através de postos de saúde e ambulatório 6 profissionais. Nas fundações, centros ou núcleos de pesquisa vinculam-se 5 profissionais, e nas secretarias estaduais 5 profissionais. Nos demais espaços sócio-ocupacionais identificados como associação de moradores, conselho municipal, CRESS, delegacia de mulheres, penitenciária, tribunal de justiça e hemocentro, vinculava-se apenas um profissional em cada um deles. Em 16 trabalhos não foi possível identificar o vínculo institucional, embora o título do trabalho e o conteúdo indicassem a inserção do profissional em um espaço sócio-ocupacional concreto.

Identificados os trabalhos, procedemos à catalogação⁸ de cada um deles, por CBAS, considerando os seguintes itens: título;

⁸ Elaboramos uma ficha para cada trabalho analisado. Para tanto, utilizamos como referência o modelo elaborado por Carina B. Moljo em sua pesquisa sobre a cultura profissional (2007).

autor(es); vínculo institucional dos autor(es); principais temas abordados; concepção de intervenção profissional ou parâmetros que demonstram a orientação profissional; relação/vínculo entre o profissional e os usuários; observações acerca da relação entre a concepção profissional e a intervenção apresentada pelo(s) autor(es); bibliografia indicada pelo(s) autor(es).

Após a catalogação, observamos que no conjunto, a grande maioria dos trabalhos orientava-se pela perspectiva crítica. Ou seja, eles explicitavam um compromisso ético-político com as demandas dos usuários, com suas lutas em prol da efetivação de direitos sociais, principalmente no campo das políticas de saúde, assistência social, habitação, educação. Também em seu conjunto, a grande maioria dos trabalhos apresentava uma leitura da realidade social, vinculando as demandas dos usuários a essa análise. No entanto, poucos trabalhos explicitavam uma fundamentação teórico-metodológica consistente, mesmo em relação ao significado social da profissão, poucos trabalhos fundamentavam-se na produção recente de Iamamoto e Carvalho (1982) ou mesmo de José Paulo Netto (1990) sobre o significado social da profissão e sobre a inserção do Serviço Social na sociedade capitalista. Diante desse quadro, percebemos a necessidade de definir melhor esse “fenômeno”, sem reduzir a análise dos trabalhos aos avanços teórico-metodológicos no âmbito acadêmico, mas também sem ampliar indiscriminadamente nossa concepção acerca da perspectiva crítica, que rompe com o Serviço Social tradicional.

Assim, consideramos como trabalhos inteiramente imersos na perspectiva crítica, aqueles que: apresentavam fundamentação teórico-metodológica consistente (referendada na bibliografia utilizada pelos autores no campo da teoria social crítica); posicionamento ético-político explícito, com os usuários considerados em sua inserção de classe; concepção explícita sobre o significado social da profissão; análise consistente sobre as demandas postas ao Serviço Social em seu vínculo com a realidade e em sua inserção na totalidade social. A particularidade desses trabalhos era a de combinarem uma consistência teórico-metodológica na apreensão das demandas postas ao serviço social, recorrendo à análise da realidade social, em sua dimensão contraditória; um posicionamento ético-político comprometido com as demandas/necessidades dos usuários compreendidos em sua condição de classe social; e a recorrência/menção a estratégias técnico-operativas de caráter democrático, respeitando as diferenças e os modos de expressão dos usuários.

Assim, elaboramos um roteiro que englobou, detalhadamente, esses elementos.

Quando nos referimos a referências teórico-metodológicas críticas, estamos considerando a presença nos trabalhos das seguintes dimensões: análise da realidade social; apreensão das contradições de classe; relação com a totalidade social; concepção de profissão: significado social da profissão/compreensão do Serviço Social inserido na divisão sociotécnica do trabalho; bibliografia utilizada: teorias críticas e elaborações críticas na produção acadêmica do Serviço Social⁹.

No que diz respeito às referências ético-políticas e técnico-operativas críticas, consideramos: compromisso com as demandas apresentadas pelos usuários (apreensão contraditória das necessidades sociais expressas nas condições de vida e de sobrevivência dos usuários) entendidos em sua inserção de classe social; compromisso com a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social; posicionamento em favor do avanço no campo das políticas sociais entendidas como direitos a serem garantidos de modo universal; utilização de estratégias democráticas: democratização da informação, respeito às diferenças e ao posicionamento/decisão dos usuários; mobilização dos usuários para o acesso aos direitos sociais; indicação de programas, ações, projetos de intervenção, estratégias profissionais, instrumentos utilizados na intervenção; indicação da elaboração ou apropriação da legislação no âmbito das políticas sociais que evidenciem a busca de avanços no âmbito dos direitos sociais: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Orgânica da Saúde (LOS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, entre outras.

Diante disso, elaboramos um quadro com esse conjunto de referências, voltamos a cada um dos trabalhos fichados e os classificamos consoante essa categorização. Recorremos à classificação numérica das incidências de cada uma dessas referências

9 Consideramos as produções bibliográficas inseridas no campo político-acadêmico progressista, em consonância com o projeto democrático-popular vinculado à expansão e efetivação dos direitos sociais. Nesse campo ampliado, estão inseridas as perspectivas teóricas vinculadas à teoria social de Marx. Na bibliografia crítica do Serviço Social, a ênfase na teoria social marxista é predominante, em relação às demais referências do campo político-acadêmico crítico.

no conjunto dos trabalhos, totalizando-as, para apreendê-las em suas diferenças ou semelhanças, em cada CBAS.

EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS TRABALHOS ACEITOS PARA APRESENTAÇÃO ORAL NO VII, VIII E IX CBAS.

Quadro 2 – Análise dos trabalhos vinculados à intervenção profissional, aceitos para apresentação oral nos CBAS na década de 1990¹⁰.

CBAS/ QUANTIDADE TRABALHOS	1A	1B	1C	1D	1E	2A	2B	2C	2D	2E	2F
VII CBAS 31 trabalhos	25	13	13	17	21	13	29	26	27	17	16
VIII CBAS 79 trabalhos	72	24	49	44	46	50	57	38	54	43	49
IX CBAS 42 trabalhos	35	29	32	28	25	30	33	30	31	33	39

No VII CBAS, analisamos 31 trabalhos vinculados à intervenção profissional, 33,7% em relação ao total de trabalhos aceitos para apresentação oral. Identificamos entre os trabalhos vinculados à intervenção profissional, um percentual de 6,4% (2 trabalhos) que apresentaram vínculo com pesquisas desenvolvidas por grupos de profissionais em unidades de formação acadêmica.

¹⁰ **Legenda:** **1A** - Análise da realidade social. **1B** - Apreensão das contradições de classe. **1C** - Relação com a totalidade social. **1D** - Concepção crítica da profissão (Serviço Social): significado social da profissão. **1E** - Bibliografia utilizada: teoria social, concepções críticas no Serviço Social. **2A** Compromisso com as demandas apresentadas pelos usuários. **2B** - Compromisso com a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social. **2C** - Posicionamento em favor do avanço no campo das políticas sociais: efetivação dos direitos sociais. **2D** - Utilização de estratégias democráticas. **2E** - Indicação de programas, ações, projetos de intervenção, estratégias profissionais, instrumentos utilizados na intervenção. **2F** - Indicação da elaboração ou apropriação da legislação no âmbito das políticas sociais que indiquem a busca de avanços no âmbito dos direitos sociais.

De acordo com o Quadro 2, no VII CBAS, o segundo conjunto de referências destacou-se com 30,5% identificações a mais em relação ao primeiro conjunto. No segundo conjunto de referências, há uma incidência maior nos itens 2B, 2C e 2D. Podemos afirmar que a concepção que orienta os profissionais na relação com os usuários é democrática, porque explicita: 1) o compromisso com as demandas postas pelos usuários; 2) o posicionamento a favor do avanço no âmbito das políticas sociais ou a defesa sobre a afirmação dos direitos sociais; 3) a divulgação/facilitação do acesso às informações aos usuários dos serviços; 4) relação respeitosa com os usuários (questionamento dos preconceitos/estereótipos vinculados principalmente, à “pobreza”, “estrutura familiar”, “gênero”, “geração”, “adoecimento”). Mas, em poucos trabalhos há menção aos usuários enquanto sujeitos no âmbito sócio-organizacional ou no âmbito da luta social, no sentido do avanço no campo dos direitos sociais ou na efetivação de novas relações sociais. Nesse sentido, a referência à luta por direitos sociais e de acesso às políticas sociais (educação, saúde, assistência, etc.) aparece explicitamente em cinco trabalhos; já a vinculação aos movimentos sociais (ênfase na organização dos usuários) aparece explicitamente em quatro. No total, 9 (29%) referem-se ao protagonismo dos usuários, na condição de sujeitos sociais/coletivos.

No conjunto, todos os trabalhos do VII CBAS indicam o estabelecimento de um compromisso com as ações realizadas pelo assistente social e com o seu aprimoramento, apontando a necessidade de reflexão sobre elas. Na análise geral, observamos em todos eles um compromisso dos assistentes sociais com o trabalho realizado na instituição e, na sua ampla maioria (itens 2B e 2C), um compromisso com os usuários e com a efetivação de alterações no campo dos serviços prestados a eles. Serviços esses, alinhados ao posicionamento em face da necessidade de ações para alteração da realidade, seja no campo dos próprios serviços (garantia dos serviços, do acesso), seja pela efetivação da cidadania em razão da ampliação dos serviços no campo da estruturação das políticas sociais, seja pela alteração da realidade social via movimentos sociais.

Ainda no VII CBAS, observamos uma incidência menor nos itens 1B, 1C e 1D, compatível com a incidência menor no item 2A, referente ao conteúdo teórico-metodológico explicitado nos trabalhos analisados. No conjunto, a maioria dos trabalhos apresenta uma análise da realidade social (1A), para o entendimento das questões ou das demandas postas ao Serviço Social. Mas, a concepção ou a

compreensão do significado social da profissão não são formuladas ou apresentadas com profundidade, o que é evidenciado pela ausência na bibliografia de produções importantes, como Iamamoto e Carvalho (1982), indicada em apenas um trabalho. Na área de Serviço Social, houve a indicação, em 18 trabalhos (58,0%), de bibliografias do campo profissional crítico, incluindo 3 no campo da teoria social. Esse dado é compatível com o item 1D, que indica a explicitação de uma concepção crítica da profissão (em oposição à tradicional) alinhada à compreensão do seu significado social em 17 trabalhos (54,8%).

Para finalizar, dentre os trabalhos do VII CBAS, apenas seis explicitam um posicionamento teórico-metodológico que indica a apreensão da realidade social referenciada no positivismo e funcionalismo e em suas derivações, como a teoria sistêmica; e dois trabalhos fundamentam-se na perspectiva fenomenológica. Nesses trabalhos, a dimensão contraditória da realidade social não é mencionada, assim também, como as lutas entre as classes sociais não são explicitadas. Desse modo, a apreensão das necessidades (demandas) dos usuários restringe-se às requisições postas pela instituição (2 trabalhos) ou pelo modo como os serviços estão organizados (6 trabalhos), limitando-se a reflexão dos autores às requisições postas pela organização/instituição e aos serviços prestados pelos assistentes sociais. Nesses trabalhos também há explicações sobre as condições de vida dos usuários e sobre as questões que eles apresentam vinculando-as com a estruturação familiar e com a educação dos próprios indivíduos, considerados isoladamente. Em dois trabalhos esse compromisso é firmado, explicitamente, com a demanda institucional, em detrimento das necessidades dos usuários. Por outro lado, *nenhum trabalho* preencheu todos os itens dos dois conjuntos de referências.

No VIII CBAS analisamos 79 trabalhos vinculados à intervenção profissional, 38,5% do total aceito para apresentação oral. Neste Congresso, identificamos entre os trabalhos vinculados à intervenção profissional, um percentual de 34,1% que apresentaram vínculo com a formação acadêmica.

De acordo com o Quadro 2, no VIII CBAS o segundo conjunto de referências teve 19,2% incidências a mais em relação ao primeiro conjunto. No segundo conjunto de referências, há uma incidência maior nos itens 2B, 2D e 2F. O compromisso com a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social aparece de modo explícito no

conjunto dos trabalhos (57 incidências). A utilização de estratégias democráticas (2D) também se explicitou na democratização da informação, no respeito às diferenças e ao posicionamento/decisão dos usuários, e na ação de mobilização dos usuários para o acesso aos direitos sociais, em 54 trabalhos (68,3%) este elemento se destaca. Em comparação com o VII CBAS, há uma diferença em relação ao item 2C que obteve incidência significativamente inferior, enquanto o item 2F apresenta um aumento significativo. O posicionamento em favor do avanço no campo das políticas sociais (2C) entendidas como direitos a serem garantidos de modo universal, foi um aspecto que não apareceu de forma explícita nas descrições, ocasionando certa dificuldade de percepção. Mas, observamos que os itens 2C e 2F estão relacionados, à medida que, no decorrer dos anos 1990, elaboram-se as legislações no campo das políticas públicas, ratificando as principais conquistas da Constituição Federal de 1988. A ênfase nas legislações (e sua defesa/apropriação) indica, nesse caso, o compromisso com a defesa dos direitos sociais, em um contexto de luta para a sua efetivação em equipamentos concretos.

Em relação ao primeiro conjunto de referências, no VIII CBAS observamos que o item 1A apresenta a maior incidência entre todos os itens. A análise da realidade social é uma tônica dos trabalhos e se explicita em 91,1% deles. Por outro lado, em pouco mais da metade dos trabalhos (55,7%) foi possível identificar a concepção de profissão (1D) relacionada ao seu significado social. Há uma incidência semelhante em relação à indicação de bibliografia no campo crítico (58,2%). No conjunto, os trabalhos apresentam elementos que apontam para a percepção da atuação por um viés crítico e propositivo, que busca romper com as intervenções tradicionais no Serviço Social, mas, a concepção de profissão vinculada à compreensão ou à explicitação do significado social e da inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, na sociedade capitalista, não engloba o conjunto dos trabalhos. É elucidativo que a indicação de Yamamoto apareça em 11 trabalhos, a saber: em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, quatro incidências; em *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, sete incidências; e os livros: *Ditadura e Serviço Social* e *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (NETTO) apareçam, respectivamente, com três e uma incidências (no total, 15 trabalhos ou 18,9%).

Destacamos, ainda no VIII CBAS, a relação entre os itens 1B e 2A. A apreensão das contradições de classe (1B) teve baixa

incidência (30,4%), mas foi possível perceber o compromisso com as demandas dos usuários entendidos em sua inserção de classe (2A) de forma mais clara (63,3%). Os itens 1B e 2A estão correlacionados. Mas, na análise particularizada de cada trabalho, nem sempre as duas incidências estão explícitas, simultaneamente, ou seja, não abordam, efetivamente, a categoria contradição entre classes sociais. Observamos que os profissionais expressam o seu compromisso com as demandas apresentadas pelos usuários (2B), por meio da apreensão contraditória das necessidades sociais expressas nas condições de vida e de sobrevivência dos usuários e no entendimento de sua inserção como classe social. Os trabalhos relatam a intervenção ética, técnica, solidária, participativa, pautada na análise da realidade, com atuação em equipe técnica em alguns casos inter e multidisciplinar, com articulação com as políticas sociais. Apresentam “forte preocupação” em face às questões relativas à criança, ao adolescente, às mulheres, aos idosos e à família em geral, a fim de possibilitar ações que garantam uma vida mais digna e justa a ser realizada por meio de um projeto de intervenção social que supere a demanda institucional imediata. De um modo geral, os trabalhos explicitam um importante debate sobre o neoliberalismo, sobre as políticas públicas e a democracia no Brasil. Em seu conteúdo percebemos elementos significativos sobre a intervenção profissional referenciada analiticamente por um viés marxista, o que se explicita na análise da realidade social.

No VIII CBAS, apenas quatro trabalhos foram identificados com base na utilização de matrizes conservadoras. Dois deles não apresentam nenhuma incidência no primeiro conjunto de referências. No segundo conjunto de referências a média de incidência das teses conservadoras é de duas marcações. Outro trabalho foi identificado como conservador por apresentar elementos ecléticos, transitando da defesa de direitos, para a necessidade de redução dos gastos previdenciários (um dos objetivos do autor é reduzir o gasto da previdência, incentivando o não afastamento laboral por motivo de doença); e o quarto apresenta um grau de interferência nas decisões dos usuários. Por outro lado, apenas 5 trabalhos preencheram todos os itens em relação aos dois conjuntos de referências.

No IX CBAS, analisamos 42 trabalhos vinculados à intervenção profissional, 18,42% do total aceito para apresentação oral. Nesse congresso as apresentações foram organizadas em dois grandes eixos, o primeiro referente às políticas sociais: Seguridade Social, Assistência e Previdência; Seguridade e Saúde; Família e Sociedade;

Educação, Criança e Adolescente; Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência; Questão Urbana e Meio Ambiente; e Questão agrária, Questão Indígena e Meio Ambiente; e o segundo, referente a temas relacionados à profissão: Relações de Trabalho e Serviço Social, seguido da Formação Profissional; Ética, Política e Direitos Humanos; Etnia e Gênero; e Serviço Social Rumo ao Século XXI. De acordo com os organizadores, os temas do segundo conjunto ensejam a “problematização de mediações cruciais à decifração do ser social e à realização do trabalho profissional, e também o delineamento de tendências e perspectivas para a profissão” (1998: 3). Neste congresso, o número de trabalhos submetidos (422) dobrou em relação ao congresso anterior (205). Foram aceitos 228 trabalhos para a apresentação oral. Dos 422 trabalhos submetidos, um conjunto foi direcionado para apresentação em pôster.

Identificamos os trabalhos vinculados à intervenção profissional no primeiro eixo, referente às políticas sociais. Evidenciou-se para nós, que o “crivo” na avaliação dos trabalhos para apresentação oral foi sua consistência na fundamentação teórico-metodológica.

Dentre os trabalhos vinculados à intervenção profissional, 30,95% apresentou vínculo com a formação acadêmica, número inferior ao VIII CBAS.

De acordo com o Quadro 2, no IX CBAS, o segundo conjunto de referências teve 26,5% de incidências a mais em relação ao primeiro conjunto. No segundo conjunto de referências, há um equilíbrio entre os itens 2A, 2B, 2C, 2D e 2E, destacando-se apenas o item 2F. Já no primeiro conjunto de referências, sobressai o item 1A, junto à incidência equilibrada entre os itens 1B, 1C, 1D, destacando-se a menor incidência no item 1E.

Dentre os três congressos analisados, o IX CBAS foi o que apresentou uma homogeneidade entre o primeiro e o segundo conjunto de referências com 25 trabalhos (59,5%) contemplando pelo menos nove entre os onze itens referenciados. Através desse dado, inferimos que a perspectiva crítica se expressou de modo mais completo nesses trabalhos, indicando-nos um amadurecimento entre a apropriação do referencial teórico-metodológico e técnico-operativo alinhado ao compromisso ético-político. Porém, no que se refere à concepção da profissão, a referência à bibliografia crítica e aos autores que analisam o significado social da profissão

e à inserção sociotécnica do Serviço Social na sociedade capitalista, continua sendo baixa (incidência em oito trabalhos, 19,04%). Tais trabalhos referenciam-se nas seguintes obras: Transformações Societárias e Serviço Social (NETTO), dois trabalhos; o texto *O Serviço Social na Contemporaneidade* (IAMAMOTO), publicado pelo CRESS 3ª Região, três trabalhos; a obra *Relações Sociais e Serviço Social* (IAMAMOTO E CARVALHO), um trabalho; e por fim a obra *Renovação e Conservadorismo* (IAMAMOTO), dois trabalhos.

Apesar de não explicitar diretamente a experiência profissional desenvolvida, a grande maioria dos trabalhos do IX CBAS enfatizou a necessidade de análise da realidade social fundamentada em uma perspectiva crítica, estabelecendo a relação entre a conjuntura e a estrutura de reprodução do capitalismo. Alguns trabalhos, além de explicitar a perspectiva adotada para a intervenção, estabeleceram a relação entre a realidade na qual se inserem e a estrutura da sociedade capitalista. A perspectiva crítica se mostra hegemônica. Em sua maioria, os trabalhos demonstram um esforço dos autores, no fortalecimento dos direitos sociais e na utilização de estratégias democráticas, como a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências. Observamos um alinhamento dos autores com o Projeto ético-político, através da valorização dos movimentos sociais e da utilização de referências como o Código de Ética Profissional de 1993. Os profissionais em muitos trabalhos enfatizam a necessidade de lutar pela efetivação do acesso aos direitos fundamentais como habitação, saúde, entre outros, por meio de uma conduta alinhada ao fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora. Utilizam estratégias democráticas entendendo como fundamental a socialização de informações.

No IX CBAS, cinco trabalhos vinculam-se à perspectiva conservadora (nos termos já apresentados anteriormente), sendo que dois referenciam-se na fenomenologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta foi a de abordar o posicionamento crítico dos assistentes sociais na perspectiva de sua vinculação ao exercício profissional. Nossa abordagem inicial envolveu os trabalhos aceitos para apresentação oral nos CBAS da década de 1990. Com a organização desse material, observamos a presença da perspectiva crítica como o posicionamento hegemônico nos trabalhos vinculados à intervenção profissional, nos três congressos. Explicitou-se na

análise, um movimento de apropriação (desde o VII CBAS), pelos profissionais, do referencial teórico-metodológico desenvolvido e consolidado na produção acadêmica no decorrer dos anos 1980/1990. Tal apropriação aparece de modo mais elaborado no IX CBAS. Mas, observamos que a recorrência aos livros de Yamamoto e Carvalho e Netto, não se expressa majoritariamente. A compreensão crítica sobre a profissão é compartilhada pelos assistentes sociais, sem que as obras de referência para a análise do significado social da profissão e de sua construção histórica no Brasil sejam majoritariamente mencionadas.

Nesse sentido, o processo de convergência hegemônica em torno da perspectiva crítica expressa um posicionamento (ético-político) simultâneo de assistentes sociais, pesquisadores, professores, estudantes, insatisfeitos com as respostas profissionais do Serviço Social tradicional e que se comprometem com a elaboração de novas respostas, incorporando um novo referencial teórico-metodológico. O diálogo com a produção acadêmica fundamentada na teoria social marxista, bem como a apropriação dessas referências, reforça e aprofunda nesses profissionais a vinculação à perspectiva crítica, como recurso de caráter analítico na apreensão da realidade social, da conjuntura histórica e da dinâmica institucional.

O posicionamento ético-político dos assistentes sociais converge para a ruptura com o Serviço Social tradicional, expressando no exercício profissional, *um novo comprometimento com as necessidades e demandas postas pelos usuários, entendidas em sua dimensão coletiva; ênfase na qualificação dos serviços prestados, na inserção socioinstitucional, apreendidos como espaços de disputa e de avanços através das lutas sociais, no campo da efetivação dos direitos sociais em sua dimensão universal.* O impacto desse posicionamento na dimensão técnico-operativa evidencia-se *na adoção de estratégias democráticas e na desconstrução de preconceitos na relação com os usuários, bem como no reconhecimento dos vínculos de classe social, no diálogo com os mesmos.* Em nossa compreensão, esses conteúdos indicam um posicionamento diferente do posicionamento tradicional exercido por assistentes sociais e, hegemônico até o final dos anos 1970, na profissão.

Pelo conteúdo analisado, inferimos que a apropriação teórico-metodológica no campo da teoria social e sobre o significado social da profissão, nos anos 1990, *foi mediada pelo novo posicionamento ético-*

político assumido pelos assistentes sociais, explicitado pela ênfase na necessidade de compreender a realidade social, e nela as necessidades e demandas dos usuários apreendidos em seu pertencimento de classe social; bem como pela noção da inserção histórica do Serviço Social nessa realidade e pelo horizonte de ação de luta, conquista e efetivação dos direitos sociais em sua dimensão universal.

Essas constatações indicam, nesses congressos, a *hegemonia massiva da perspectiva crítica* nas referências para a intervenção profissional. Entretanto são necessárias outras pesquisas para apreender, no exercício profissional situado concretamente, a adoção dessas referências e posicionamentos críticos, bem como o seu desdobramento.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. S. C. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL “30 ANOS DO CONGRESSO DA VIRADA”. São Paulo. **Anais eletrônico...** São Paulo: CFESS, CRESS-SP, ABEPSS, ENESSO, 2009.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

CBAS. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 7., 1992, São Paulo. **Caderno de teses**. São Paulo: ABESS, ANAS, CFAS, SESUNE, 1992.

_____; _____, 8., 1995, Salvador. **Caderno de teses**. Salvador: ABESS, CEDEPSS, CFESS, ENESSO, 1995.

_____; _____, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia: ABESS, CEDEPSS, CFESS, CRESS 8ª REGIÃO, CRESS 19ª REGIÃO, ENESSO, 1998.

_____; _____, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**: suplemento. Goiânia: ABESS, CEDEPSS, CFESS, CRESS 8ª REGIÃO, CRESS 19ª REGIÃO, ENESSO, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

MOLJO, C. B. et.al. **A questão da cultura como uma dimensão constitutiva da produção e do exercício profissional do assistente social.** Relatório de pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

